



Anexo I

Indicadores de desempenho e/ou entregáveis

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E PATRIMÔNIO

Indicadores	Unidade de Medida	Polaridade	Meta 2022
Percentual de Aproveitamento dos pregões (quantidade dos itens homologados / fracassados)	Percentual	Positiva	75,00%
Cadastramento de Informações para Valoração Contábil dos Próprios Municipais (metodologia da Planta de Valores)	Próprios Municipais	Positiva	5.128

Entregáveis	Descrição
Obtenção do PPCI para o Edifício Intendente José Montaury	Obtenção do APPCI (Alvará de Prevenção e Proteção Contra Incêndio) e CA (Certificado de Aprovação) relativo ao PPCI (Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndio) junto ao Corpo de Bombeiros/RS, para o Edifício Intendente José Montaury.
Implementação do Programa de Residência Técnico Superior (PRTS)	Acompanhamento da implementação da Lei nº 12662/20 e dos ajustes (normativos e procedimentais) para efetivação do programa.
Licitações estratégicas para qualificação do Mercado Público	Desenvolvimento de ações para priorizar e garantir celeridade às contratações necessárias para a revitalização do Mercado Público.
Recomendações de Auditoria Interna da SMTC à SMAP - 2022	Rol de recomendações identificadas por Auditoria Interna da SMTC, indicadas para o órgão SMAP.





Anexo II

Projetos Prioritários de Governo

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E PATRIMÔNIO

Projetos Prioritários	Entregas 2022
Ações de Incentivo à Meritocracia e a Gestão por Competências dos Servidores Públicos	 Iniciar capacitação dos gestores e servidores sobre o novo plano de avaliação e desenvolvimento e da ferramenta a ser utilizada. Aplicação do Ciclo I de avaliação - Gestores Estratégicos níveis 7 e 8. Desenvolvimento do Programa de Treinamento - Carreira Y - Gestores Estratégicos níveis 7 e 8. Disponibilizar sistema de avaliação para a PMPA. Disponibilizar pontuação para concorrência em processos seletivos - Gestores Estratégicos níveis 7 e 8. Apresentar relatório do Ciclo I e proposta de aplicação do Ciclo II de avaliação.
Otimização da Gestão do Patrimônio Imobiliário	 Leiloar o primeiro lote de imóveis que constarão na Lei autorizativa (PL encaminhado para a CMPA). Regularizar TPUs onerosos do Mercado Bonfim, Praça Parobé e Viaduto Otávio Rocha. Revisão de 100% dos TPUs não onerosos, adequando-os ao novo regramento e revogando os que não preservarem o interesse público. Implantação do sistema de gestão do patrimônio imobiliário.
Otimização da Gestão do Patrimônio Mobiliário	 Realizar um leilão de bens inservíveis por semestre. Capacitar servidores que atuam nos setores de patrimônio mobiliário da Administração Centralizada. Realizar diagnóstico situacional e operacional das Unidades de Patrimônio da Administração Centralizada. Implantação do sistema de gestão do patrimônio mobiliário.
Otimização da Gestão da Frota	 Implantação de GPS na frota própria. Realizar capacitação dos fiscais de contrato e serviços relacionados aos veículos da frota oficial, difundindo a Política de Transporte Administrativo implantada. Destinar para leilão os veículos antieconômicos. Implantação do sistema e aplicativo de gestão integrada da frota.
Modernização da Gestão de Pessoal	 Apresentar proposta de alteração na Lei nº 6.309/1988 (Plano de Carreira), modernizando os cargos e suas respectivas atribuições e cargas-horárias; Regulamentação dos art. 57 a 60 da Lei Complementar nº 133/85, que





Projetos Prioritários	Entregas 2022	
	 trata da readaptação. Revistar o Decreto nº 16.256/09, que dispõe sobre o estágio probatório. Atualizar normativos relativos aos Conselheiros Tutelares. Elaboração de plano de carreira para os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e os Agentes de Combate a Endemias (ACE). 	





Anexo III

Compromissos de Eficiência de Gestão

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E PATRIMÔNIO

Compromissos de Gestão

- Implantar ações de sustentabilidade ambiental, econômica e social, em conformidade às ações e metas do Plano de Logística Sustentável.
- Concluir a análise do passivo de atos normativos disponibilizados ao órgão, em consonância às ações e metas do Projeto de Revisão Normativa.
- Reduzir os gastos com imóveis locados buscando alternativas a esses contratos.
- Garantir a execução dos recursos captados, objetivando a plena execução sem perda de recursos.
- Atender às demandas do Cidadão e dos Órgãos de Controle Interno e Externo, disponibilizando a totalidade dos dados públicos, com exceção dos sensíveis, nos prazos estabelecidos, de forma efetiva e transparente.